CONJUNTO DE FORTIFICAÇÕES COLONIAIS DO BRASIL INDICADO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE

EDUCACÃO PATRIMONIAL: Fortes, fortalezas e integração nacional

Para saber mais:... www.secomandi.com.br

Elcio Rogerio Secomandi
Cel Art Rfm / Fundação Cultural Exército Brasileiro
Professor Emérito da Universidade Católica de Santos

RESUMO

Nosso interesse em participar de seminários e congressos nacionais e internacionais com o tema *Conjunto de Fortificações Coloniais do Brasil indicado para o Patrimônio Cultural da Humanidade*, está relacionado com a divulgação do valor simbólico da Arquitetura & Engenharia Militar do período colonial: por elas veremos o Brasil edificado. A justificativa para a apresentação de alguns aspectos históricos relevantes – destacando a importância das fortificações para a formação da nossa nacionalidade – e de suas diferentes técnicas construtivas está na falta de esclarecimento/divulgação junto à sociedade civil sobre a importância do "pertencimento" – ou seja, no valor simbólico das fortificações coloniais erguidas para "repelir inimigos" e que hoje, obsoletas para fins militares, se abrem para "receber amigos". E, o momento é oportuno pois o Governo do Brasil indicou um conjunto de dezenove (19) fortificações coloniais para concorrer, como bem seriado, ao título de *Patrimônio Cultural da Humanidade* pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. O tema será desenvolvido em quatro tópicos sequenciais: A - Relatos históricos e construtivos: A1) as fortificações a Leste da linha imaginária de Tordesilhas (séculos XVI e XVII), A2) as fortificações construídas no século XVIII, a Oeste da referida linha imaginária e A3) as fortificações no limite Sul da linha imaginária de Tordesilhas (Século XVIII); B - Um "modelo" singular de processo de restauração; C - Novos usos do patrimônio cultural de origem militar; e, D - Resultados e proposições. Encerra-se esta proposição com algumas conclusões pessoais e referências bibliográficas.
PALAVRAS-CHAVE: patrimônio, fronteira terrestre, litoral e ocupação do território nacional.

BRASILIAN FORTRESSES ENSEMBLE INDICATED FOR THE CULTURAL PATRIMONY OF HUMANITY

ABSTRACT

Our interest in attending seminars and congresses, national and international with the theme *Brasilian Fortresses Ensemble indicated for the Cultural Patrimony of Humanity*, is related to the dissemination of the symbolic value of Architecture & Military Engineering of the colonial period. The justification for the presentation of some relevant historical aspects - highlighting the importance of fortifications for the formation of our nationality - and of its different construction techniques is the lack of clarification / disclosure to civil society about the importance of "belonging" - that is , in the symbolic value of the colonial fortifications erected to "repel enemies" and which today, obsolete for military purposes, open to "receive friends". And, the moment is opportune because the Government of Brazil has indicated a set of nineteen (19) colonial fortifications to compete, as a series, for the title of World Cultural Heritage by UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Culture. The theme will be developed in four sequential topics: A - Historical and constructive reports: A1) the fortifications east of the imaginary line of Tordesillas (16th and 17th centuries), A2) the fortifications built in the 18th century, west of the said imaginary line and A3) the fortifications in the southern limit of the imaginary line of Tordesilhas (17th century); B - A singular "model" of restoration process; C - New Uses of cultural patrimony of military origin and, D - Results and propositions. This proposition closes with some personal conclusions and bibliographical references.
KEYWORDS: Patrimony; Coast; land border; occupation of the territory.

CONJUNTO DE FORTIFICAÇÕES COLONIAIS DO BRASIL INDICADO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE

INTRODUÇÃO

Um conjunto de dezenove (19) fortificações coloniais do Brasil (bem seriado) concorre ao reconhecimento como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO – Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura –, conforme Lista Indicativa enviada em 2015, para apreciação entre 2020 e 2025. Com o objetivo de divulgar tal proposição estamos buscando alcançar todas as formas de manifestação de apoio, centradas no "pertencimento" – ou seja, no valor simbólico das fortificações coloniais erguidas para "repelir inimigos" e que hoje, obsoletas para fins militares, se abrem para "receber amigos".

Figura 1 – Tratado de Madri, desenho com as fortificações usadas no "uti possidetis" (Direito Romano) e "El Tratada do Madrid". Fontes: História do Exército Brasileiro, EME, 1972 e Arquivo IPHAN/SP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / São Paulo.

Trata-se, portanto, de incentivar a busca de novos usos para as fortificações coloniais sobreviventes que permeiam o vasto perímetro do Brasil. Estas fortificações, indicadas para o Patrimônio Mundial, sem dúvida muito contribuíram para firmar a ocupação (uti possidetis) de um amplo espaço geográfico que abriga três dentre os maiores ecossistemas do mundo: a Amazônia, o Pantanal e o Cerrado. Com este propósito, dividimos o tema em quatro tópicos sequenciais: A - Relatos históricos e construtivos; B - Um "modelo" singular de processo de restauração; C - Novos usos do Patrimônio Cultural de origem militar; e, D - Resultados e proposições.

Por meio desta dissertação educacional esperamos estar acrescentando uma pequena contribuição ao processo de reconhecimento empreendido pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – centrando nossa proposta no pertencimento, ou seja, em um novo "olhar", para o lado belo da Arquitetura & Engenharia Militar que, ainda hoje, materializa nossa História.

DESENVOLVIMENTO / MATERIAL E MÉTODOS

A lista indicativa das dezenove (19) fortificações coloniais indicadas como bens seriados para o Patrimônio Cultural da Humanidade (UNESCO, 2015) contém catorze (14) fortificações dos séculos XVI e XVII e cinco (5) do século XVIII. Estas fortificações, com características peculiares fazem parte de um amplo sistema defensivo construído a partir de um esforço conjunto dos habitantes das capitanias hereditárias (poucas vingaram) e apresentam processos construtivos diferentes dos empregados em outras colonizações. "Por outro lado, as fortificações de origem francesas, inglesas, holandesas e espanholas no atual espaço geográfico brasileiro foram destruídas por forças organizadas por habitantes da terra" (UNESCO, 2015). Dentre estas forças organizadas destacam-se as Bandeiras de Limites, organizadas por D. Sebastião em 1570, conforme indicamos no projeto de extensão universitária, *EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Fortes, fortalezas e integração nacional / Armada no mar & Bandeiras na terra* (SECOMANDI, 2015).

Estes dois períodos históricos que iremos ressaltar – séculos XVI e XVII, pelo domínio da terra a Leste da linha imaginária de Tordesilhas e século XVIII, pela expansão para o Oeste e para o Sul, ultrapassando a referida linha imaginária – produziram um processo de ocupação do território diferente dos encontrados em outros movimentos colonizadores. A colonização do Brasil teve como esforço principal "a descentralização decorrente das ações dos habitantes das diferentes capitanias que formavam o Brasil, sem muita intervenção dos colonizadores. Desta forma, as fortificações coloniais não só marcaram a presença de vilas e cidades de origem lusitana, mas também o contato entre diferentes culturas" (UNESCO, 2015). E, assim, sem muito apoio do governo português, as fortificações dos séculos XVI e XVII tiveram diferentes traçados, estilos e técnicas de construção. As do século XVIII, ao contrário, foram construídas com propósito expansionista da Coroa Portuguesa para muito além da linha mediática de Tordesilhas.

Figura 2 – Caminhos abertos pelas Bandeiras, rompendo o "cordão de Tordesilhas".
Fonte: História do Exército Brasileiro, EME, 1972, V1, p. 225

Por conta do objetivo que se pretende atingir com esta proposição educacional, optamos por iniciar com breves relatos históricos e construtivos sobre origens, fatos históricos relevantes, intervenções significativas, tombamentos e usos alternativos das dezenove fortificações indicadas para o Patrimônio Cultural da Humanidade. Para alcançar este objetivo construímos uma exposição iconográfica sobre placas brancas de alumínio composto (ACM), 0,55 x 1,75m, e painéis de vinil adesivo, 0,50x 0,70m, com fundo preto e textos na cor branca, conforme modelo apresentado nas fotos abaixo. Para destacar o lado belo da Arquitetura & Engenharia Militar, selecionamos uma foto e um pequeno texto (cerca de 200 palavras) para cada uma das dezenove fortificações, reproduzindo-os no primeiro tópico desta dissertação.

Figura 3 – Fotos dos painéis da exposição iconográfica sobre a indicação das dezenove fortificações coloniais para o Patrimônio Cultural da Humanidade. Fonte: E R Secomandi, autor deste projeto educacional

A – Relatos históricos e construtivos

A composição iconográfica da figura abaixo reproduz – com cores invertidas – o texto e as imagens do primeiro painel (fotos acima).

Figura 4 – Painel introdutório da exposição de apoio à indicação das dezenove fortificações coloniais para o Patrimônio Cultural da Humanidade. Fonte: E R Secomandi, autor da exposição e deste projeto educacional

A1) Fortificações a Leste da linha imaginária de Tordesilhas (séculos XVI e XVII).

As fortificações dos séculos XVI e XVII, indicadas para o Patrimônio Cultural da Humanidade, foram construídas no litoral, entre a Baía de Santos, na antiga Capitania de São Vicente, fundada em 1532, e a foz do Rio Potengi, na Capitania do Rio Grande do Norte, dando origem à cidade de Natal (1599).

1- Forte dos Reis Magos - (Natal / RN - 1598)
Teve início no Dia dos Reis (6/1/1598), antecedendo a fundação da cidade de Natal (1599). Diferencia-se dos demais fortes do Brasil pelos seus conceitos construtivos. Ativo ao longo dos séculos, encerrou suas atividades militares aquartelando tropas durante 2ª Guerra Mundial. Tombado como patrimônio histórico nacional em 1949, hoje é administrado pela Fundação José Augusto, entidade gestora da Cultura do Estado. Um amplo trabalho de restauro está sendo executado pelo IPHAN.

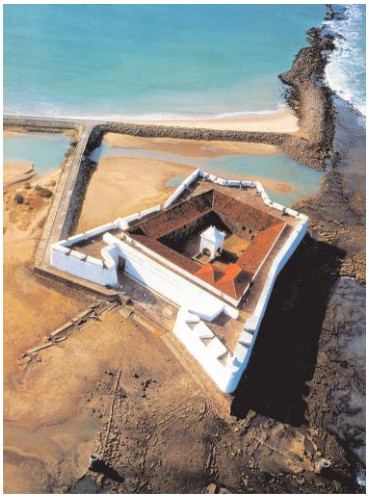

Figura 5 – Forte dos Reis Magos. Autor: FUNCEB – Fundação Cultural Exército Brasileiro –, Revista *DaCultura* nº 10, 2006

2 - Forte de Santa Catarina - (Cabedelo / PB - 1585)
A construção primitiva teve a invocação de Santa Catarina de Alexandria e homenagem à Duquesa de Bragança. Foi destruído pelos nativos (1590) com apoio de corsários franceses, reconstruído pelos portugueses por diversas vezes, pelos holandeses (1637) e novamente pelos portugueses em 1655 e 1700. Foi tombado como patrimônio histórico nacional em 1938 e passou a abrigar a Fundação Santa Catarina e o Museu da Restauração.

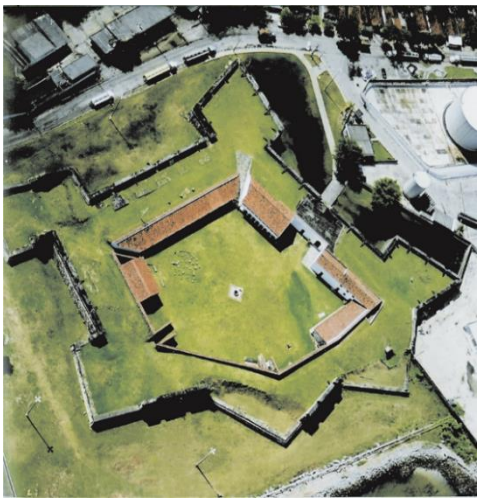

Figura 6 – Forte de Santa Catarina. Autor: FUNCEB, Revista *DaCultura* nº 22, 2013

3 - Forte de São João Batista do Brum - (Recife / PE - 1595)
Foi construído pela Companhia das Índias Ocidentais (holandesa) sobre a bateria de Diogo Paes. Está localizada em um istmo, em posição privilegiada para a defesa do porto do Recife. Sua construção foi constantemente instigada pelas Companhias de Emboscada. Tombado como patrimônio histórico nacional em 1938, está sob a guarda do Exército Brasileiro e abriga um Museu Militar aberto à visitação pública.

Figura 7 – Forte de São João Batista. Fonte: FUNCEB, Revista *DaCultura* nº 03, 2002

4 - Forte de São Tiago das Cinco Pontas - (Recife / PE – 1629)
Sua construção inicial, em taipa com cinco baluartes, tinha por objetivo proteger o porto, a "barreta dos afogados" e as cacimbas de água. Foi a última fortificação conquistada pelas tropas luso-brasileiras. Ali foram elaborados os termos da rendição das tropas holandesas (1634). Logo após, foi reconstruído em pedra e cal, com 4 baluartes. Tombado como patrimônio histórico nacional em 1938, hoje abriga o Museu da Cidade do Recife.

Figura 8 – Forte de São Tiago das Cinco Pontas. Fonte: Danilo Borges / MTur – Ministério do Turismo

5 - Forte de Santa Cruz de Itamaracá - (Itamaracá / PE – 1630)
Construído pela Companhia das Índias Ocidentais (holandesa), com o nome de Forte Orange, testemunhou as lutas pelo domínio da Capitania de Pernambuco, no segundo quartil do Século XVII. Restaurado logo após a capitulação holandesa (1654), adotou o nome atual. Tombado como patrimônio histórico nacional em 1938, recebeu singular trabalho de Arqueologia (UFPE) finalizado com a visita de monarcas dos Países Baixos. Restaurado pelo IPHAN, hoje encontra-se sob administração da Prefeitura de Itamaracá.

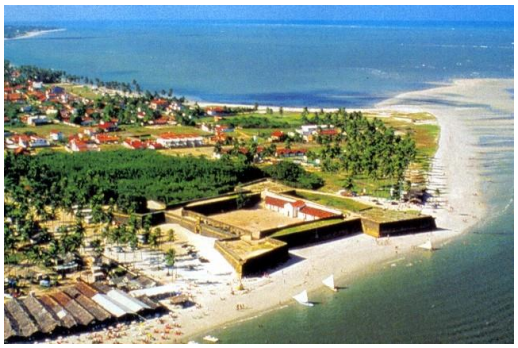

Figura 9 – Forte de Santa Cruz de Itamaracá. Fonte: DPHCEx – Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

6 - Forte de Santo Antônio da Barra - (Salvador / BA - 1534)
Foi abandonado por causa da resistência nativa e reconstruído em pedra e cal, no formato hexagonal, no início do período da União Ibérica (1580 -1640). Atuou contra os corsários ingleses e holandeses, marcando assim a história da cidade de Salvador. Capitaneava o sistema de defesa da cidade, com os fortes Santa Maria e São Diogo a ele subordinados. Tombado como patrimônio histórico nacional em 1938, atualmente abriga um Museu Naval.

Figura 10 – Forte de Sto Antônio da Barra. Fonte: FUNCEB, Revista DaCultura nº 08, 2005

7 - Forte Nossa Senhora de Monte Serrat - (Salvador / BA - 1582)
É um forte de transição com algumas características de castelo medieval adaptado para uso de canhões. Atuou contra os corsários ingleses e holandeses nos séculos XVI e XVII e foi ocupado (1624) pela frota da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Tornou-se um ponto de resistência holandesa aos cercos da milícia da Bahia. Tombado como patrimônio histórico nacional em 1957, atualmente é um Museu de Armaria administrado pelo Exército Brasileiro e Prefeitura Municipal de Salvador.

Figura 11 – Forte N Sra de Monte Serrat. Fonte: Victor Hugo Mori, IPHAN/SP

8 – Forte São Marcelo - (Salvador / BA – 1623 c.)
Foi construído sobre um banco de arrecifes pelos portugueses, para resistência às invasões holandesas e ataque de piratas. Com formato circular, influenciada pelo desenho de Forte Bugio no pós-praia do Rio Tejo, a sua construção foi prolongada até século XVIII. É um dos poucos exemplares de fortificação circular ainda existente no País. Tombado como patrimônio histórico nacional em 1938, pertence ao IPHAN, e hoje abriga atividades culturais, de lazer e de turismo.

Figura 12 – Forte São Marcelo. Fonte: FUNCEB, Revista *DaCultura* nº 13, 2007

9 – Forte de São Diogo - (Salvador / BA – 1625)
A área da pequena fortificação, com amplo domínio sobre a Baía de Todos os Santos, foi ocupada no início do Século XVII (1625), mas somente em 1694 recebeu o formato semicircular atual. Fazia parte do complexo de defesa colonial da capital da Bahia. Tombado como patrimônio histórico nacional em 1954, hoje abriga um Centro Cultural em parceria do Exército com a Prefeitura Municipal de Salvador.

Figura 13 – Forte de São Diogo. Fonte: Victor Hugo Mori, IPHAN/SP

10 - Forte de Santa Maria - (Salvador / BA, 1650)
Erguido logo após a expulsão dos holandeses por uma frota com mais de dez mil soldados (espanhóis, italianos e portugueses), fazia parte do sistema capitaneado pelo Forte da Barra. A arquitetura atual é de 1694, com traços típicos da Bahia. Tombado como patrimônio histórico nacional em 1938, tem o Exército Brasileiro como gestor e abriga diversas exposições culturais e educacionais.

Figura 14 – Forte de Santa Maria – Fonte: Victor Hugo Mori, IPHAN/SP

11 - Fortaleza de Santa Cruz - (Niterói / RJ, 1578)
Começou a ser erguida em 1578, como principal ponto de defesa da cidade do Rio de Janeiro. No início do século XVIII, tornou-se o maior conjunto arquitetônico-militar da América Portuguesa e sua fantástica concepção é um testemunho de diferentes estilos construtivos. Tombada como patrimônio histórico nacional em 1939, atualmente hospeda uma grande unidade de Artilharia. A visitação pública é conduzida por militares.

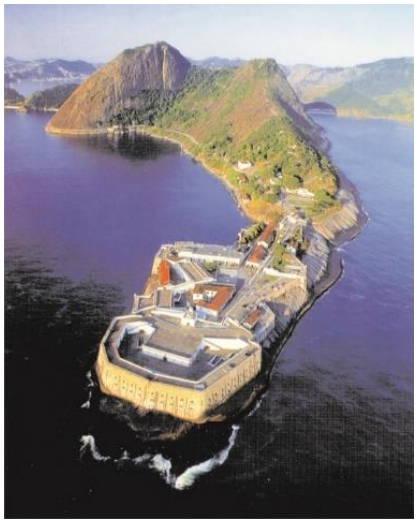

Figura 15 – Fortaleza de Santa Cruz. Fonte: FUNCEB, Revista *DaCultura* nº 28, 2017

12 - Fortaleza de São João - (Rio de Janeiro / RJ, 1565)
Ocupa o local onde a Esquadra de Estácio de Sá aportou em no dia 1º de março de 1565 para expulsar os franceses calvinistas, dando início à fundação da cidade do Rio de Janeiro. Sua construção, com traços arquitetônicos diversificados, ocorreu ao longo de quase 300 anos. A área fortificada, com exemplares dos séculos XVI ao XX, no "Morro Cara de Cão" tem o seu portão monumental tombado como patrimônio histórico nacional desde 1938. Hoje a área plana abriga um Espaço Cultural do Exército e diversas unidades operacionais e educacionais das Forças Armadas.

Figura 16 – Fortaleza de São João. Fonte: FUNCEB, Revista *DaCultura* nº 05, 2003

13 - Forte São João - (Bertioga / SP, 1551)
Construído em 1532, de forma rudimentar, na embocadura do Canal de Bertioga, recebeu, no lado oposto, o reforço do Forte São Felipe (1557), substituído pelo Forte São Luiz (1770). O sistema do Século XVI visava impedir ataques indígenas à Capitania de São Vicente e proteger uma armação de baleias. Em 1565 Estácio de Sá partiu do canal de Bertioga para expulsar os calvinistas franceses da Baía de Guanabara. Primeiro Forte Real do Brasil (Alvará Régio de 25/06/1551), foi reestruturado em 1750, tombado como patrimônio histórico nacional em 1940 e atualmente administrado pela Prefeitura Municipal, abriga o Museu Forte São João.

Figura 17 – Forte de São João. Fonte: Fonte: FUNCEB, Revista *DaCultura* nº 18, 2011

14 - Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande (Guarujá / SP, 1584)
Teve construção associada ao período de união das coroas ibéricas (1580-1640) e projeto construtivo do arquiteto militar italiano, Bautista Antonelli, à serviço de Espanha. Tornou-se "hub" do sistema defensivo da Baía de Santos e do maior porto da América do Sul. Permaneceu ativa até 1902 quando foi substituído pela Fortaleza de Itaipu. Tombada como patrimônio histórico nacional em 1964, hoje abriga o Museu Histórico de Guarujá administrado pela Prefeitura Municipal.

Figura 18 – Fortaleza de Santo Amaro. Fonte: Composição com foto de Fábio Fontes e Desenho do IPHAN/SP

A2) Fortificações construídas no século XVIII, a Oeste da linha imaginária de Tordesilhas

As fortificações construídas no Séculos XVIII, logo após a assinaturas do tratado de Madrid (1750), tinham o propósito de defender a embocadura da Rio Amazonas (Macapá), o acesso ao Pantanal, pelo Norte (Bacia Amazônica / Rio Madeira) e pelo Sul (Bacia do Prata / Rua Paraguai). Portanto, foram construídas com propósitos estratégicos de ampliar e manter a integridade do território brasileiro, face aos reflexos das guerras europeias e interesse português pelo domínio da Amazônia (ao Norte) e do Pantanal (a Oeste).

15 - Fortaleza de São José - (Macapá / AP, 1764)
A fortificação atual data de 19 de março de 1764, dia do padroeiro, São José. Porém, no início do Século XVII outras fortificações anteriores (irlandesa, britânica e, depois, francesa) foram destruídas pelos portugueses na Foz do Amazonas. A ocupação portuguesa sofreu dois reveses pelos franceses (uma em 1838 e outra em 1895), mas a posse definitiva foi resolvida por meios diplomáticos. Tombada como patrimônio histórico nacional em 1943, atualmente é administrada pela Fundação Museu Fortaleza de São José de Macapá, do Governo do Estado.

Figura 19 – Fortaleza de São José. Fonte: Centro de Comunicação Social do Exército Brasileiro

16 - Forte Príncipe da Beira - (Costa Marques / RO, 1776)
É um excepcional exemplar sobrevivente de fortificação abaluartada portuguesa fora da Europa. O forte, do período pombalino, exerceu papel fundamental na consolidação da fronteira oeste do Brasil, definida pelos tratados de Madrid (1750) e de Santo Idelfonso (1777). A área do seu entorno é ocupada por um Pelotão de Fronteira do Exército Brasileiro. Tombado em 1950, atualmente está em fase de restauração pelo IPHAN.

Figura 20 - Forte Príncipe da Beira. Fonte: CECOMSEX

17- Forte de Coimbra - (Corumbá / MS, 1775)
Com a assinatura dos tratados de Madrid (1750) e de Santo Idelfonso (1777) a região do Pantanal foi fortificada, repelindo ataque espanhol no início do Século XIX (1802). Durante a Guerra do Paraguai (1864 a 1870), o Forte teve papel fundamental nas batalhas travadas no Pantanal. Tombado como patrimônio histórico nacional em 1974, possui diversos atrativos, dentre os quais, uma gruta e um "observatório natural" na crista do morro, com ampla vista sobre a maior planície alagada do mundo. Permanece sob administração do Exército Brasileiro e está aberto à visitação pública.

Figura 21 – Forte de Coimbra. Fonte: FUNCEB, Revista *DaCultura* nº 2, 2001

A3) Fortificações no limite Sul da linha imaginária de Tordesilhas.

As fortificações construídas uma década antes da assinatura do Tratado de Madrid (1750), no litoral da recém-criada Capitania de Santa Catarina, tiveram o propósito de impedir o avanço para o Norte das forças espanhola e habitantes do entorno da Bacia do Rio da Prata, pondo em risco as baías de Santos e de Guanabara. Estas ações no litoral Sul, ultrapassando a linha mediática de Tordesilhas, surgiram como reflexos das guerras europeias e dos avanços da colônia portuguesa pelo domínio da Amazônia (ao Norte), do Pantanal (a Oeste) e da região dos Pampas (ao Sul).

18 - Fortaleza de São Antônio de Ratones - (Florianópolis / SC, 1740)
Como parte da defesa da barra norte da ilha que abriga a cidade de Florianópolis. Foi construída durante a implantação da Capitania de Santa Catarina, no limite sul da linha imaginária de Tordesilhas. Junto com Anhatomirim, apoiou as lutas contra os colonizadores espanhóis vindos do Sul. Administrada pela Universidade Federal de Santa Catarina, mantém um programa de conservação e de visitas ao monumento tombado como patrimônio histórico nacional em 1938.

Figura 22 – Fortaleza de Santo Antônio de Ratones. Fonte: Thadeu de Macedo

19 - Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim - (Governador Celso Ramos / SC. 1739)
Sua construção foi fundamental para a defesa da Capitania de Santa Catarina, como "hub" de um amplo sistema de defesa de Florianópolis. Até meados do Século XX, abrigou tropas militares e funcionou também como hospital e local de quarentena durante as epidemias de doenças contagiosas. É composta por baterias interconectadas, um grande quartel e um portão monumental em estilo oriental. Foi tombada como patrimônio histórico nacional em 1938 e, atualmente, é administrada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Figura 23 – Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Fonte: FUNCEB, Revista *DaCultura* nº 9, 2005

B – Um "modelo" de processo de restauração.

A Fortaleza de Santo Amaro, Guarujá, São Paulo, Brasil – mais expressivo conjunto arquitetônico-militar colonial do Estado de São Paulo – é um exemplo significativo de restauração executada pelo IPHAN no final do Século XX. Indicada para o Patrimônio Cultural da Humanidade, a fortificação pode servir como "modelo" de preparação para o sucesso desta indicação do Governo do Brasil.

A primeira grande intervenção de restauro e ampliação da Fortaleza de Santo Amaro ocorreu no segundo quartil do Século XVIII, período correspondente aos ataques dos espanhóis à Colônia de Sacramento e à Ilha de Santa Catarina (1735) ameaçando o Porto de Santos. Por este motivo, uma ampla reforma foi executada no patrimônio histórico nacional a partir de 1738, quando D João V enviou o brigadeiro Silva Paes para projetar um novo sistema de defensa de litoral sul do Brasil, na Baia de Santos e Ilha de Santa Catarina prioritariamente. Mas, foi no final do Século XX, quanto estava para ser classificada como "ruínas" que o IPHAN colocou em execução um projeto do arquiteto Lucio Costa, deixando ali a marca do nosso tempo (Século XX), em respeito à Carta de Veneza (1964).

As fotos abaixo são de autoria de Victor Hugo Mori, arquiteto do IPHAN/SP, responsável pela restauração empreendida na década final do século XX: as fotos à esquerda são a época da restauração e as que estão à direita são do início do século XXI.

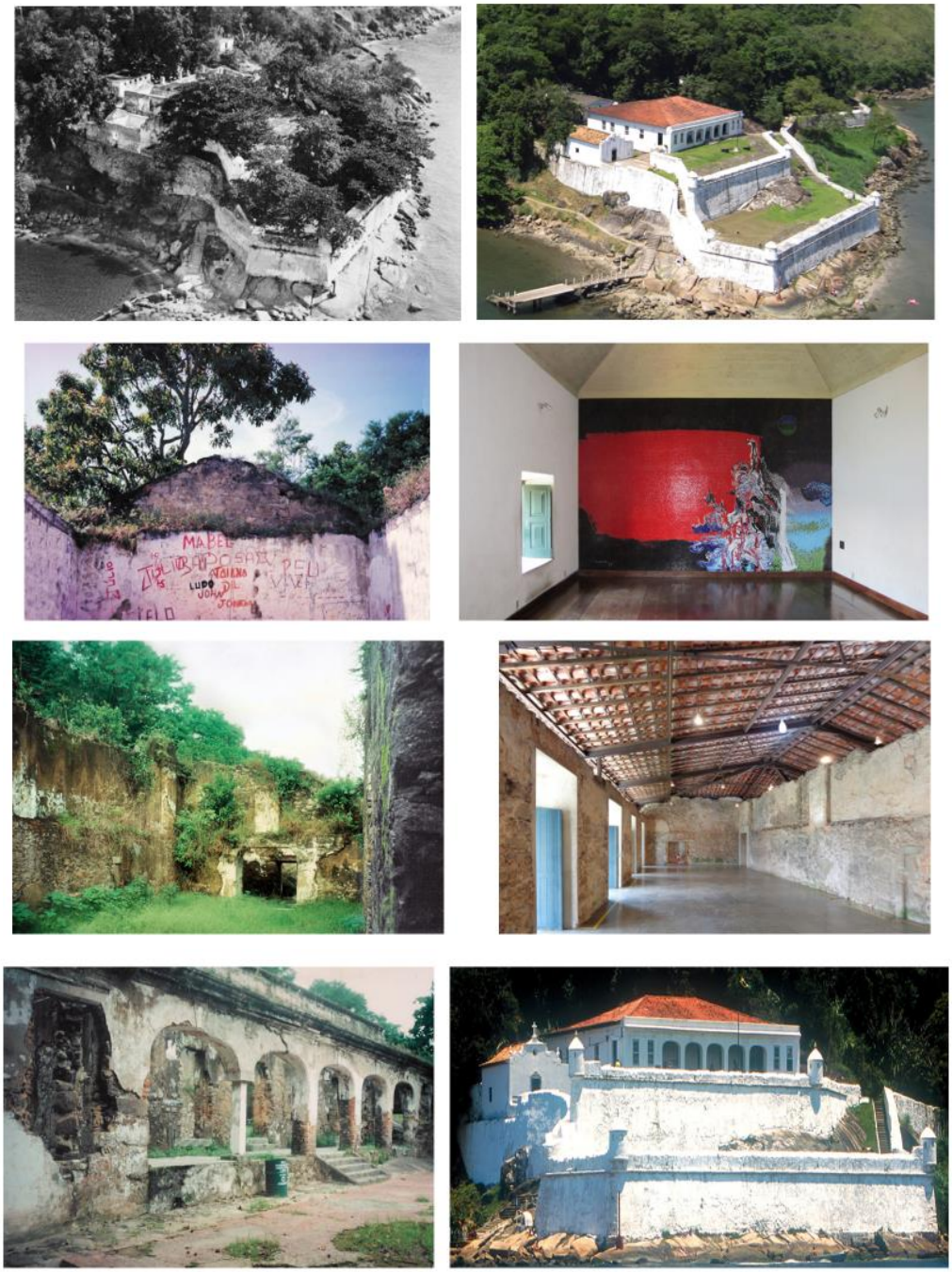

Figura 24 – Fortaleza de Santo Amaro antes e após a restauração no final do Século XX.
Fonte: Victor Hugo Mori, IPHAN/SP

No início do século XXI (2019) a fortificação de origem espanhola recebeu um novo sistema de iluminação, executado pelo Instituto Neoenergia, braço social da Neoenergia/Elektro em São Paulo, subsidiária do Grupo IBERDROLA com sede na Espanha.

Figura 25 - Baia de Santos / Embocadura do Estuário de Santos / Fortaleza de Santo Amaro iluminada pelo Instituto Neoenergia. Fonte: Fábio Melo Fontes

C - Novos usos do patrimônio cultural de origem militar

O *Circuito dos Fortes* é um exemplo de aproveitamento turístico-cultural do sistema defensivo do Porto de Santos, Baixada Santista, SP. Trata-se de um projeto do Governo do Estado de São Paulo (Resolução SCTDET-04, de 11/02/2004) envolvendo oito (8) bens patrimoniais da União, construídos ao longo dos séculos XVI, XVIII e XX. Hoje, a defesa em pontos fixos tornou-se obsoleta e as fortificações sobreviventes estão sendo administradas de forma compartilhada: Ruínas do Forte São Luiz (IPHAN/SP), Fortaleza de Itapema (Alfândega de Santos), antigo Forte da Estacada, hoje Museu de Pesca (Governo do Estado de São Paulo), Casa do Trem Bélico (Prefeitura de Santos), Fortaleza de Santo Amaro (Prefeitura de Guarujá), Forte São João (Prefeitura de Bertioga), Forte dos Andradas e Fortaleza de Itaipu (Exército Brasileiro). A singular diversidade administrativa, por um lado, dificulta a oferta de pacotes fechados de visitação, mas, por outro, estimula a criatividade e a programação que melhor se adapte a cada um dos conjuntos arquitetônicos de origem militar. Para fins de visitação, este conjunto arquitetônico diversificado, assemelha-se a um arranjo, como flores diversas num mesmo vaso, apreciadas uma a uma.

Figura 26 – Mapa e Folder do Circuito dos Fortes.
Fonte: AGEM – Agência Metropolitana da Baixada Santista, 2019

Dois exemplares deste sistema defensivo poderão ser reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade: o Forte São João (1551), Bertioga, primeiro Forte Real do Brasil, deu guarida à esquadra de Estácio de Sá para expulsar os franceses do Rio de Janeiro (1565), garantindo

assim a unidade do atual território nacional e a Fortaleza de Santo Amaro (1583), Guarujá, surgiu no início do período de união das coroas ibéricas (1580-1640), com projeto de Bautista Antonelli – arquiteto militar italiano à serviço de Espanha – e tornou-se o mais expressivo conjunto arquitetônico-militar colonial do Estado de São Paulo.

D - Resultados e proposições

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio das superintendências regionais nos estados do Amapá, Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo, está empenhado no projeto que visa obter o reconhecimento de "valor universal excepcional" (UNESCO) para um conjunto de bens seriados que permeiam o vasto perímetro do Brasil. Para alcançar este objetivo o IPHAN expediu a Portaria 365, de 04/12/2018, publicada no DOU nº 174, de 10 de outubro de 2018, nomeando comitês técnicos regionais e estabelecendo diretrizes, conceitos fundamentais e demais ações para elaboração dos dossiês técnicos referentes aos estados da federação acima indicados, para serem condensados em um único dossiê nacional. Sob o signo da integração de iniciativas, os ministérios da "CULTURA, TURISMO E DEFESA" (IPHAN, detalhe 4057) assinaram no dia 7 de abril de 2017 a "CARTA DO RECIFE" e, por meio de comitês técnicos de preparação da candidatura inicia-se uma longa jornada, propositalmente longa para viabilizar a conscientização, a consolidação e a preparação dos bens culturais a serem avaliados pelo Conselho Mundial da UNESCO, entre 2020/2025.

Neste breve relato histórico procuramos dar destaque aos dois exemplares arquitetônicos do antigo sistema defensivo do Porto de Santos. No que diz respeito às técnicas construtivas, o Forte São João tem como elemento definidor de sua arquitetura a Geometria: é de fácil acesso e boa visibilidade, pois está cercado pelo mar e por um amplo jardim que o isola das ruas próximas. Por outro lado, a Fortaleza de Santo Amaro, hoje Museu Histórico de Guarujá, tem como elemento definidor a Geografia, ocupando a crista militar de um esporão rochoso que avança sobre a embocadura do Estuário de Santos, dificultando propositadamente a acessibilidade. As duas fortificações coloniais de defesa do Porto de Santos não pertencem ao acervo arquitetônico-militar do Exército Brasileiro há quase meio século, mas estiveram ativas na Colônia, no Império e início da República do Brasil.

Figura 27 – Fortaleza de Santo Amaro e Forte São João. Fonte: Desenhos de Victor Hugo Mori, IPHAN/SP

Destacamos, por fim, como modelo neste relato educacional, a Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, Guarujá, SP, pela sua rica história e exemplar processo de restauração. Além disto, ela tem hoje uma visibilidade ímpar e pode ser contemplada de qualquer praia da Baía de Santos: durante o dia pelas suas espessas muralhas de pedras pintadas de branco e, à noite, por um fantástico projeto de iluminação executado pelo Instituto Neoenergia em parceria com a Prefeitura Municipal de Guarujá e a Formarte, empresa especializada em projetos culturais.

CONCLUSÃO

Nos primeiros séculos após o descobrimento do Brasil a ocupação territorial ficou ao longo do litoral, boa parte pelo respeito ao Tratado de Tordesilhas. O aprofundamento das conquistas portuguesas e dos habitantes da terra para o interior do continente sul-americano foi impulsionado a partir do período de união das coroas ibéricas (1580 – 1640), expandindo-se com maior vigor a partir de meados do século XVIII, o que resultou na ocupação de um amplo território entre as Cordilheiras do Andes e o litoral atlântico da América do Sul. Ambas as motivações – séculos XVI e XVII, pelo domínio da terra a Leste da linha imaginária de Tordesilhas e, no século XVIII, pela expansão para o Oeste e para o Sul, ultrapassando a referida linha mediática, produziram um processo de ocupação do território diferente dos executados por outras potências coloniais e teve como esforço principal "a descentralização decorrente das ações dos habitantes das diferentes capitanias que formavam o Brasil, sem muita intervenção dos colonizadores" (UNESCO, 2015). E, assim, sem muito apoio do governo português, as fortificações dos séculos XVI e XVII indicadas para o Patrimônio Cultural da Humanidade têm diferentes traçados, estilos e técnicas de construção; as do Século XVIII, ao contrário, tiveram forte interferência do Governo de Portugal, especialmente no período pombalino (1750 - 1777). Todas, porém, foram fundamentais para a definição do espaço geográfico brasileiro.

A indicação de bens seriados que permeiam o vasto perímetro do Brasil, sem dúvida irá levar a UNESCO a avaliar o pertencimento, ou seja, a crença subjetiva que aflora em todos nós por meio de determinadas características culturais preservadas ao longo dos séculos, como ocorre mundo afora. Estamos, portanto, em busca deste sentimento interior e individual, mesmo que apenas em pensamento positivo, para que a proposta ganhe um apoio maior de diversas instituições internacionais, nacionais, regionais e locais. Por outras palavras, o esforço agora está centrado neste valor simbólico das fortificações coloniais erguidas para "repelir inimigos" e que, hoje, se abrem para "receber amigos". Este "novo olhar" da sociedade civil será fundamental para a verificação "in loco" do dossiê que está sendo elaborado pelas diversas superintendências do IPHAN, por meio de diferentes comitês técnicos regionais. No Estado de São Paulo o Comitê Técnico instituído pela Portaria nº 365/IPHAN é composto por catorze (14) membros representativos dos órgãos públicos (federal, estadual e municipais) e de instituições culturais e educacionais, os quais prestam um "serviço público relevante", sem qualquer remuneração. Estas pessoas, altamente especializadas, se empenham na elaboração do dossiê regional sobre as duas fortificações coloniais de defesa do Porto de Santos, pretendentes ao honroso título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Para a produção deste ensaio educacional o autor inspirou-se em um pensamento atribuído ao Leonardo da Vinci – "A simplicidade é o último grau da sofisticação". Manifesta assim, a esperança de estar contribuindo voluntariamente para ressaltar o "Valor Universal Excepcional" de que trata o manual de preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial (UNESCO BRASIL).

"Historia magistra vitae" Cícero (106-43 aC)

REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL. Delegacia Virtual Visconde de São Leopoldo. Santos, 2018. www.ahimtb.org.br. Acesso em 06 fevereiro 12h18.

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. Presença da Engenharia e Arquitetura na Baixada Santista. S. Paulo: Nobel, 2001.

BARRETO, Anibal. Fortificações do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

CASTRO, Adler Homero da Fonseca. Muralhas de pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro. Fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (EME). História do Exército Brasileiro: Perfil Militar de um Povo. Brasília: Fundação IBGE, 1972.

FERREIRA, Arnaldo Medeiros. Major-General do Exército Português. Fortificações Portuguesas no Brasil. Lisboa: ELD/Círculo de Eleitores, 2004.

IPHAN. Lista indicativa 2015 para o Patrimônio Cultural da Humanidade. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1609/ . Acesso em 06 fevereiro 2019, 11:51.

_____. http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4057 Acesso em 20 de junho de 2019, 06:05

MORI, Victor Hugo. Arquitetura Militar: Um Panorama Histórico a Partir do Porto de Santos. S. Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.

_____. Arquitetura Militar: Um Panorama Histórico a Partir do Porto de Santos. S. Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003. Disponível em www.secomandi.com.br.

MUNIZ JUNIOR, J. Fortes e Fortificações do Litoral Santista. Santos: Obra do autor, 1982.

PAUL, Clotilde. Porto de Santos – 120 anos de história. S. Paulo: Editora Brasileira, 2012.

PINTO, Pedro. Raposo Tavares: o último bandeirante / Pedro Pinto; tradução e adaptação José Couto. 1. Ed, São Paulo: Planeta, 2015.

RANGEL, José Correia / Roberto Tonera e Mario Mendonça de Oliveira, organizadores. 2 ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

REVISTA *DACULTURA*. Fundação Cultural do Exército. Rio de Janeiro, Anual. ISSN 1984-3690.

SALGADO, Ronaldo Fidalgo e SILVA, Eraldo. Fortaleza da Barra Grande: Patrimônio Histórico Recuperado. Santos: Leopoldianum, 2000.

SECOMANDI, Elcio Rogerio. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Fortes, Fortalezas e integração nacional, 2010. Disponível em www.secomandi.com.br . Acesso em 07 fevereiro 2019, 08:03

_____. Porto de Santos: Armada no mar & Bandeiras na terra, 2017. Disponível em www.secomandi.com.br Acesso em 06 fevereiro 2019, 11:24.

_____. Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande. Santos: Leopoldianum, 2000.

SECOMANDI, Elcio Rogerio. Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande: A História, a batalha, as crônicas, as intenções. In: Leopondianum, Santos (55) 116- 127, 1993.

_____. Circuito Turístico de Fortes. Editora Leopoldianum, 2005. Disponível em www.unisantos.br/circuitofortes. Acesso em 06 fevereiro 2019, 11:25.

SECOMANDI, Elcio Rogerio e PAUL, Clotilde. Porto de Santos: Armada no mar & Bandeiras na terra. São Paulo: Navegar Editora, 4ª Ed, 2015. Disponível em www.secomandi.com.br .Acesso em 07 fevereiro de 2019, 09:30.

TAVARES, Aurélio de Lira. 1905-1998. A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Ed. 2000.

TONERA, Roberto. Fortalezas Multimídia. Florianópolis: Projeto Fortalezas Multimídia/Editora da UFSC, 2001 (CD-ROM). Disponível em http://www.fortalezasmultimidia.com.br/cd/atualizacao/. Acesso em 06 fevereiro 2019, 12:02.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS. www.unisantos.br/fortifications . Acesso em 06 fevereiro 12h10.

_____. ALCATEIA. Agência Experimental de Publicidade e Propaganda. Identidade Visual. In: Portal Unisantos, Santos, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CARATINA. www.fortalezas.org Acesso em 06 de fevereiro 2019, 12h13.

UNESCO. Lista Indicativa do Brasil, caracterização, 2015. Disponível em http://whc.unesco.org/en/tentativelists/5997/. Acesso em 05 fevereiro 2019, 12h30.

UNESCO/Brasil, IPHAN. Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial. Brasília: UNESCO/Brasil, Iphan, 2013.